

SUMÁRIO EXECUTIVO

Cerrado e modos de vida
tradicionais no Maranhão,
Piauí e Tocantins

Abril 2021



actionaid

SEM CERRADO
ÁGUA
VIDA

SUMÁRIO EXECUTIVO

Cerrado e modos de vida tradicionais no Maranhão, Piauí e Tocantins [Abril 2021]

Coordenação

Emmanuel Ponte
Gerardo Cerdas Vega
Helena Rodrigues Lopes

Autora

Débora Assumpção e Lima

Texto

Camila Nobrega
Débora Assumpção e Lima

Pesquisa e edição

Camila Nobrega

Projeto gráfico e ilustrações

Estúdio Massa

Realização



Parcerias



Apoio



O Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos é uma iniciativa conjunta da Agência Francesa de Desenvolvimento, da Conservação Internacional, União Europeia, do Fundo Global para o Meio Ambiente, do Governo do Japão e do Banco Mundial. Uma meta fundamental é garantir que a sociedade civil esteja envolvida com a conservação da biodiversidade.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Lima, Débora Assumpção e

Cerrado e modos de vida tradicionais no Maranhão, Piauí e Tocantins [livro eletrônico] /
Débora Assumpção e Lima ; coordenação Helena Lopes, Emmanuel Ponte, Gerardo Vega. --
1. ed. -- Rio de Janeiro : ActionAid Brasil, 2021.

PDF

ISBN 978-65-89247-03-6

1. Agronegócios 2. Biodiversidade 3. Cerrado - Brasil 4. Cerrados - Maranhão 5. Cerrados - Piauí 6. Cerrados - Tocantins 7. Civilização - História 8. Identidade social I. Lopes, Helena Rodrigues. II. Ponte, Emmanuel. III. Vega, Gerardo. IV. Título.

21-64288

CDD-361.10981

Índices para catálogo sistemático:

1. Cerrado : Modos de vida : Problemas sociais

361.10981

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964



Pesquisa dedicada aos povos e comunidades tradicionais do Cerrado, que cotidianamente mantêm o Cerrado de pé, cultivando seus **modos de vida, biodiversidade e resistência.**

MARANHÃO, PIAUÍ E TOCANTINS E OS TERRITÓRIOS ENVOLVIDOS NA PESQUISA

Legenda

-  Nascente do rio Parnaíba
-  Principais rios
-  rodovia BR 153 Belém-Brasília
-  **MARANHÃO:** São Raimundo das Mangabeiras (1), Loreto (2), Carolina (3), Riachão (4)
-  **TOCANTINS:** Wanderlândia (5), Babaçulândia (6), Filadélfia (7)
-  **PIAUI:** Santa Filomena (8), Gilbués (9), Bom Jesus (10)



Tocantins







CONSERVAÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE

A pesquisa é uma das atividades desenvolvidas pela ActionAid como parte da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado¹, com apoio do Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos (CEPF), que tem como objetivo proteger regiões do planeta ricas em biodiversidade, nas quais vivem bilhões de pessoas. Essa relação estabelecida entre as pessoas e a biodiversidade, por meio de seus modos de vida, tratamos aqui como sociobiodiversidade. A Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, por sua vez, é composta por uma rede que reúne, além dos povos e comunidades tradicionais, organizações ligadas à defesa de direitos, à agroecologia, assessorias técnicas e organizações internacionais.

O que significa a sociobiodiversidade do Cerrado? A que custo se dá essa aceleração da produção, sobretudo, de grãos, que são direcionados para a produção energética e de alimentos ultraprocessados? O que significa manter o Brasil nesta posição de grande exportador de *commodities* - e, portanto, de país que extrai avassaladoramente? Quem são as pessoas e ecossistemas mais atingidos? Essas são algumas das respostas encontradas nesta pesquisa.

A partir de uma metodologia que incluiu mais de 40 entrevistas realizadas nos três estados, o resul-

tado do estudo aponta equívocos graves na forma como o Cerrado tem sido apresentado nas narrativas do governo federal e de governos locais, que têm sido impulsionadores de setores como o agro-negócio, sem que haja transparência da dimensão das pessoas e territórios atingidos. Além disso, a análise aponta também incongruências na forma como políticas públicas têm sido pensadas para a região, causando aumento de conflitos, expulsão de comunidades e a não garantia de direitos previstos pela Constituição às populações tradicionais, começando pelo direito à terra.

Alerta Vermelho: desrespeito ao direito à consulta e à participação social

Trata-se de um alerta não apenas para a população da região, mas para o conjunto da população brasileira, uma vez que processos de tomadas de decisão têm sido feitos sem respeito à participação social e a convenções internacionais, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que garante direito à consulta livre, prévia e informada, bem como a Convenção sobre Diversidade Biológica

Em defesa dos modos de vida do Cerrado

Os resultados apontam que tanto os povos do Cerrado como a biodiversidade estão em risco. A conversão dos territórios em áreas de commodities e de interesse do agronegócio tem acirrado disputas e afetado diretamente os modos de vida dos povos e comunidades tradicionais. Em 2016, a CPT apontou a gravidade da situação no Tocantins, onde houve crescimento de mais de 300% no número de conflitos registrados. Segundo a Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais (AATR), em referência aos dados da Comissão, nos últimos 20 anos, foram registrados na região do Matopiba 2.388 conflitos por terra². O gráfico abaixo ilustra uma série histórica relativa ao aumento da área de soja nos três estados envolvidos na pesquisa. Variável que expressa em números a pressão cotidiana sobre a terra enfrentada pelos povos e comunidades tradicionais do Cerrado. Mesmo em meio à pandemia de covid-19, o agronegócio celebra aumento de área de produção, exportação e lucro. No Piauí, por exemplo, em março de 2021 a safra de algodão foi 10% maior que a do mesmo período no ano passado³. Aumento de produtividade associado a monoculturas, transgenias e agrotóxicos e que intensifica a já grave situação divulgada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) em relação ao período de 2001 e 2019, quando o Cerrado brasileiro perdeu 283.366,71 Km², enquanto



“O Cerrado é um ser vivo como nós humanos.”

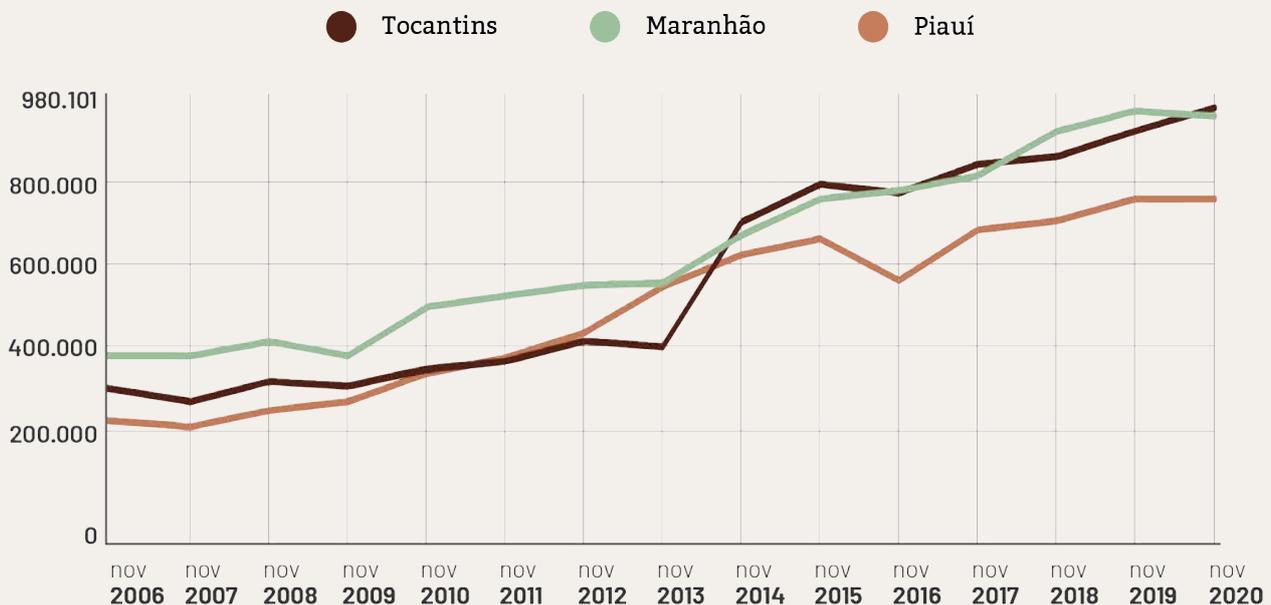
(Trecho de entrevista com Luzia⁴, quilombola do Tocantins)



na região do Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) a perda da vegetação nativa foi em mais de 125.000 km², o que representa aproximadamente 45% do Cerrado desmatado⁵.

As riquezas das serras e baixões têm atraído grandes capitais em busca de terras para especulação e produção de matérias-primas para exportação. A bacaba, o buriti e as áreas de brejo têm sido substituídas pelos monocultivos transgênicos da soja, do algodão, do eucalipto e do milho. Essa substituição do modo de vida tradicional para a produção do agronegócio faz parte de um projeto que impede a manutenção do Cerrado em pé e, assim, dos modos de vida dos povos e comunidades tradicionais.

Área de produção de soja em hectares



Fonte: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola



Comunidade Melancias, Guilbués - Piauí. Crédito: Andressa Zumpano

A situação faz parte de lógicas em escala global, com desmatamento agressivo, expulsão de comunidades e esgotamento acelerado de bens comuns, como a água. Em um panorama internacional, o Brasil tem sido apontado como parte de um movimento de concentração de terras nas mãos de grandes grupos econômicos, muitas vezes em detrimento dos direitos dos povos e comunidades tradicionais e da conservação da natureza, agravando assim os processos de empobrecimento no campo e acelerando as mudanças climáticas. Esse resultado se estende ainda ao desaparecimento de diversidades alimentares, de sementes crioulas, tradições, sabedorias, modos de viver e se relacionar.

Como consequência deste modelo, o desmatamento e os incêndios criminosos, que se intensificaram entre 2018 e 2020, são grandes desafios da região. As queimadas em 2019 ocorreram próximas das áreas de expansão das fazendas ou das áreas de conflitos entre comunidades e empresas do agronegócio⁶, mostrando o quão fundamental é garantir e reconhecer territórios tradicionais e coletivos para a conservação do Cerrado. Em 2020, o cenário se agravou. Entre janeiro e agosto, foram registrados 21.460 focos de queimadas no Cerrado, de acordo com Inpe⁷.

Chegada da soja impõe mudanças nos modos de produção locais

Em entrevistas para o estudo, indígenas do povo Gamela, do território do Vão do Vico, em Santa Filomena/PI, relataram que, com a chegada da soja, tiveram que mudar suas formas de produção. Sob pressão de fazendeiros da região que argumentam que o plantio era pisoteado, deixaram de criar gado na solta, por exemplo⁸. O resultado é que os animais passaram a ser encurralados, enquanto ao cultivo da soja pôde ser ampliado livremente. Ou seja, são muitos os aspectos que existem por trás dos dados que apontam aumento de conflitos nas localidades visitadas.

Conforme apresentado no mapa, a área de abrangência da pesquisa inclui os municípios de Gilbués, Santa Filomena, Bom Jesus (Piauí), São Raimundo das Mangabeiras, Loreto, Carolina, Riachão (Maranhão), Babaçulândia, Filadélfia e Wanderlândia (Tocantins). Alguns dos municípios visitados estão entre os principais de expansão da soja, com aumento do desmatamento, registro de expulsão de comunidades por meio da grilagem, além de denúncias de ameaças e outras violações.

Direito à terra e território é fundamental!

A demora nos processos de demarcação e homologação dos territórios, em vez de garantirem segurança jurídica aos povos indígenas, acaba significando atraso no reconhecimento de um direito originário à terra, garantido pela Constituição brasileira, como resultado das lutas históricas de indígenas e de outros povos e comunidades tradicionais. Segundo a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), somente no estado do Tocantins, há cerca de 15 mil indígenas, vivendo em 14 Terras Indígenas (TI) em diferentes fases de reconhecimento. No Maranhão o número de TI sobe para 23. No Piauí, em 2020, 520 anos após a colonização, foi demarcada a primeira Terra Indígena: a Comunidade Serra Grande dos Kariri.

Em todas as comunidades que se visitou, a água é uma questão alarmante. Como é recurso primordial para o preparo da comida, o cuidado dos animais e para as hortas, roçados e quintais, o impacto da contaminação e escassez das águas afeta diretamente a reprodução da vida. Sendo assim, a água apareceu em diversos momentos na trajetória deste estudo.

Conflitos se multiplicaram a partir da hidrelétrica de Estreito, no Tocantins. Durante a realização da pesquisa de campo, uma situação de despejo foi documentada na comunidade de Ilha Verde, Babaçu-lândia, Tocantins, exatamente no dia do Cerrado, sob a justificativa de que 40 famílias – que cultivavam e garantiam a vida em relação com aquele território – estavam em uma Área de Proteção Ambiental (APA).

Os grandes projetos de infraestrutura e a agricultura em larga escala promovem nesse sentido processos de “desterritorialização”, acarretando expulsões dos povos e comunidades tradicionais, suprimindo áreas de floresta, mata, brejos e agricultura diversificada de subsistência e associadas à geração de renda.

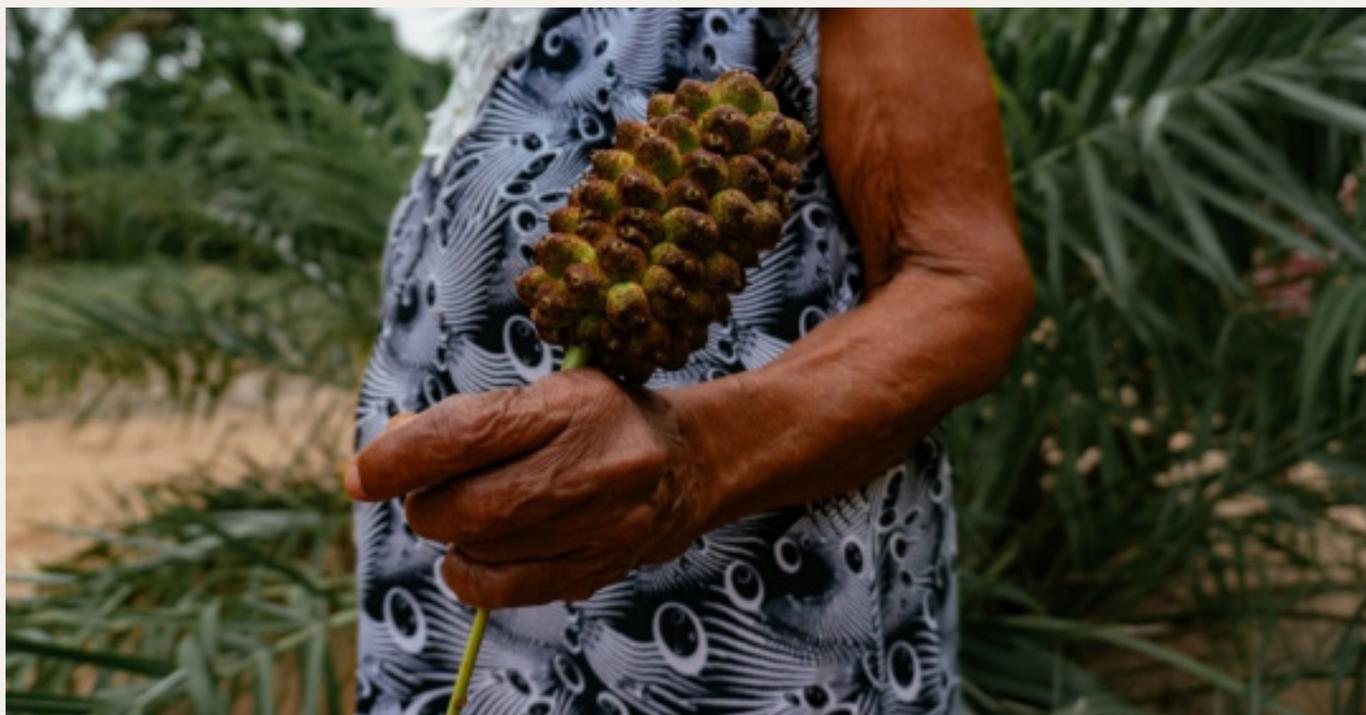
Por isso, a pesquisa volta seu foco para a formação de articulações e resistência: projeto de vida e conservação do Cerrado. A agricultura familiar, principalmente a partir da agroecologia, tem mostrado cada vez mais potencial de multiplicar formas socialmente e ambientalmente justas e coletivas.



Frutos cerradeiros:
babaçu, buriti e puça

Cupuaçu, bacuri, buriti: fios da sociobiodiversidade resistem a apagamentos

Os relatos coletados durante a pesquisa tecem fios da imensa sociobiodiversidade encontrada no Cerrado. Medicamentos fitoterápicos nos levam às polpas de cupuaçu, bacuri e babaçu; compostos de mel com pólen e sabonetes de aroeira, barbatimão, alecrim. O “olho” do buriti possui uma fibra utilizada para artesanato e confecção de objetos. Do fruto, é possível fazer doces, caldos, sucos e extrair óleo. Só ele já tem dezenas de nomes: coqueiro buriti, buritizeiro, miriti, muriti, muritim, muruti, muruti, palmeira-dos-brejos, carandá-guaçu e carandaí-guaçu. Além dele, há os ipês, sucupira, caju de janeiro, inharé, craiba (ou caraíba), algodãozinho, tatarema, pequi, gonçalaves, açafraão, paratudo, canela de velho, mangabeira brava (patari), unha de gato, barbatimão, jurubeba (galobeira), batata de pulga, paulista, tiriri do cerrado, embaúba, assa-peixe, sucupira, mucuriba, pindaíba, carrapicho de ovelha, pimenta de macaco, urucum (sangra d’água), velame, alecrim do campo, Moreira, pedregoso, vassourinha, vereda, melosa, aroeira, angico. Os relatos colhidos na região mostram que cada nome tem sua história e carrega sabedoria tradicional, que cotidianamente resiste ao apagamento.



Sobre o coco codói, não se identificou registros na literatura sobre Cerrado ou sobre palmeiras e arbustivas correspondentes ao fruto observado em campo. Crédito: Andressa Zumpano (2019).

Sementes crioulas: guardiãs de ancestralidade

Os depoimentos também apontam que as sementes crioulas são o oposto daquelas impostas por corporações. Em vez de homogeneizar e destruir a terra, as sementes tradicionalmente reproduzidas e guardadas pelas comunidades garantem a diversidade dos alimentos e têm grande valor nutricional. Elas também são sinônimo de autonomia e se conectam ao direito à memória e à reprodução de saberes tradicionais.

Apesar da degradação documentada, ficou evidente que as comunidades têm fortalecido redes de apoio e articulação junto a assessorias, sindicatos, movimentos sociais, Organizações Não Governamentais (ONGs) e coletivos sociais. Além disso, jornalistas e pesquisadores têm desempenhado papel fundamental de denunciar e ampliar as narrativas relativas ao Cerrado e seus povos.

Acima de tudo, o que o estudo aponta é uma existência coletiva traçada por práticas cotidianas, que combinam vida, manejo da biodiversidade e luta pelo direito à permanência dos povos e comunidades tradicionais. 🌱



Existência coletiva traçada por práticas cotidianas, que combinam vida, manejo da biodiversidade e luta pelo direito à permanência dos povos e comunidades tradicionais

PRINCIPAIS APRENDIZADOS

- Indígenas, camponeses, ribeirinhos, quilombolas, brejeiros, pescadores do Cerrado, estão lutando pelo reconhecimento de seus territórios e enfrentando a intensificação do processo de apropriação de terras por empresas nacionais e estrangeiras, especialmente após a crise econômica iniciada em 2008.
- Povos indígenas relatam adaptações forçadas em suas formas de produção, em função da chegada da soja e de outras *commodities*.
- Argumentos de conservação da biodiversidade, tais como implementação de áreas de proteção integral, sem levar em conta os povos e comunidades tradicionais que já habitavam essas áreas, também têm gerado expulsões.
- Os grandes projetos de infraestrutura e a agricultura em larga escala promovem processos de “desterritorialização”, acarretando expulsões dos povos e comunidades tradicionais, suprimindo áreas de floresta, mata, brejos e agricultura diversificada de subsistência, e associada à geração de renda.
- Falta de dados oficiais sobre a região é evidenciada a partir da documentação de violações de direitos produzida por entidades como a Comissão Pastoral da Terra (CPT)
- Há um aumento acelerado de conflitos socioambientais no Cerrado e a pesquisa registrou diversos relatos de ameaças sofridas por populações tradicionais.
- A insegurança jurídica na maioria das comunidades faz com que a luta pelo território, direito garantido pela Constituição Federal, seja constante. A maior parte das terras tituladas no momento são individuais e evidencia-se aumento flagrante em entraves para o reconhecimento das terras coletivas.
- Garantia do direito constitucional à terra pelas populações tradicionais é essencial para garantia da sociobiodiversidade
- O desmatamento e os incêndios criminosos são grandes desafios da região. Em 2020, o cenário se agravou.
- Uma forte articulação foi evidenciada, uma vez que as comunidades têm fortalecido redes de apoio e articulação junto a jornalistas, assessorias, sindicatos, movimentos sociais, Organizações Não Governamentais (ONGs) e coletivos sociais e acadêmicos,⁹ destinadas a compreender, denunciar e resistir frente à complexidade do avanço da fronteira agrícola e seus impactos.
- Uma ampla gama de povos e saberes tradicionais se organiza e resiste a partir do Cerrado, e este conhecimento está em plena multiplicação.

Notas:

1. Conheça a Campanha em: <https://www.campanhacerrado.org.br/>.

2. Disponível em: <<https://www.aatr.org.br/post/matopibaestudo-sobre-institucionaliza%C3%A7%C3%A3o-da-grilagem-%C3%A9-lan%C3%A7ado>>. Acesso em: 25 fev. 2021

3. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/engevista.v16i3.488> Acesso em: 16 de maio 2021.

4. Todos os nomes utilizados ao longo do texto são fictícios, evitando identificações individualizadas. A decisão foi tomada em acordo comum com os grupos focais que participaram da pesquisa, assim como o Grupo Gestor responsável pelo monitoramento do projeto no qual a pesquisa se insere. As fotografias, por sua vez, foram utilizadas de forma a não permitir relação direta entre falas e imagem.

5. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/grilagem-e-desmatamento-no-cerrado-um-olhar-sobre-a-regiao-matopiba/> Acesso em: 16 de maio 2021.

6. Ver: <https://deolhonosruralistas.com.br/2019/09/16/matopiba-concentra-mais-da-metade-das-queimadas-no-cerrado/> Acesso em: 30 de abr. 2021

7. Em outubro, uma ferramenta específica de monitoramento do desmatamento no Cerrado foi lançada pela Universidade Federal de Goiás, o Dpat (Deforestation Polygon Assessment Tool, em inglês). Para acessar à ferramenta: <<https://www.cerradodpat.org/#/>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

8. Tal percepção aparece todas as comunidades entrevistadas que possuem gado na solta.

9. Disponível em: <<https://grain.org/en/article/6022-rural-communities-in-brazil-pay-the-price-for-harvard-s-billion-dollar-spending-spreon-global-farmland-says-new-report>>; <<https://news.mongabay.com/2019/11/brazils-coconut-breakers-feel-the-squeeze-of-cerrado-development/>> e <<https://apublica.org/2018/05/nos-baixoes-do-piaui-paga-se-o-preco-do-progresso-do-matopiba/>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

Realização

SEM CERRADO
ÁGUA
VIDA

act!onaid

Parcerias



ISPAN
INSTITUTO SOCIEDADE,
POPULAÇÃO E NATUREZA

MATR
ASSOCIAÇÃO DE ADVOGADOS DE TRABALHADORES RURAIS

Apoio

